

SEM AEROPORTO NA OTA, A POLÍTICA TERRITORIAL EM VILA FRANCA TEM DE MUDAR!

Em defesa duma economia de base tecnológica e agrícola

O Aeroporto da Ota tem sido um dos principais pressupostos utilizados para justificar a política de gestão territorial da Câmara de Vila Franca de Xira.

O argumento era simples: o Aeroporto iria exercer grande influência na região e o concelho teria de estar preparado para responder aos desafios colocados pela dinâmica demográfica e económica a ele associada, reservando espaços para a instalação de zonas residenciais, hotelaria, logística, etc.

Agora que não vai haver Aeroporto na Ota, como é que a Câmara justifica as suas propostas de expansão dos perímetros urbanos, alargamento dos espaços urbanizáveis, desafecções de grandes áreas da Reserva Agrícola e Reserva Ecológica, etc? Como vai ela justificar mega urbanizações como a Nova Vila Franca, a aposta na logística e por aí fora, quando já toda a gente percebeu que, com a decisão do governo, o pólo de atracção de populações e investimentos se vai deslocar para a margem Sul e não para as imediações do concelho?

O concelho tem vindo a conhecer um crescimento exponencial da habitação (incluindo a chamada "de qualidade") e da logística, sem que isso tenha trazido mais riqueza ou benefícios sociais para as nossas terras, onde todos se queixam – desde o comércio à restauração, das grandes dificuldades que atravessam. Ora se isto acontecia quando havia a perspectiva da vizinhança do Aeroporto, o que dizer agora?

O *XIRADANIA* partilha as preocupações dos cidadãos sobre o futuro e as perspectivas de desenvolvimento para o concelho, mas considera que é chegada a hora de procurar alternativas viáveis para gerar mais emprego e riqueza. E repetimos: a resposta à crise não é continuar a política de crescimento da habitação e da logística, porque já se provou que isso não nos traz nada de bom, **mas sim apostar no que sempre foi a vocação e a vantagem competitiva do concelho: tecnologia e agricultura avançada.** Temos espaços privilegiados e condições naturais únicas para tal. Não as desperdicemos com soluções que só servem dois ou três promotores imobiliários!

Portanto, o Plano Estratégico de Desenvolvimento, a proposta de Revisão do PDM, outros instrumentos de gestão territorial e loteamentos aprovados recentemente, tendo como base um pressuposto que acabou por não se verificar, têm de ser revistos, para os adequar à nova realidade.

Impõe-se que a Câmara tenha o bom senso de reconhecer a nova situação e mudar o que há a mudar na política e nos instrumentos de gestão territorial. Persistir no que tem vindo a fazer, seria um erro trágico.

Esperamos que não o faça, para bem de todos.

A direcção do Xiradania.